

DIREITO INTERNACIONAL EM EXPANSÃO

VOLUME XII

WAGNER MENEZES
(ORGANIZADOR)

DIREITO INTERNACIONAL EM EXPANSÃO

VOLUME XII

ANAIS DO 15º CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO INTERNACIONAL



Belo Horizonte
2017

CONSELHO EDITORIAL

Álvaro Ricardo de Souza Cruz	Jorge Bacelar Gouveia - Portugal
André Cordeiro Leal	Jorge M. Lasmar
André Lipp Pinto Basto Lupi	Jose Antonio Moreno Molina - Espanha
Antônio Márcio da Cunha Guimarães	José Luiz Quadros de Magalhães
Bernardo G. B. Nogueira	Kiwonghi Bizawu
Carlos Augusto Canedo G. da Silva	Leandro Eustáquio de Matos Monteiro
Carlos Bruno Ferreira da Silva	Luciano Stoller de Faria
Carlos Henrique Soares	Luiz Henrique Sormani Barbugiani
Claudia Rosane Roesler	Luiz Manoel Gomes Júnior
Clèmerson Merlin Clève	Luiz Moreira
David França Ribeiro de Carvalho	Márcio Luís de Oliveira
Dhenis Cruz Madeira	Maria de Fátima Freire Sá
Dircêo Torrecillas Ramos	Mário Lúcio Quintão Soares
Emerson Garcia	Martonio Mont'Alverne Barreto Lima
Felipe Chiarello de Souza Pinto	Nelson Rosenvald
Florisbal de Souza Del'Olmo	Renato Caram
Frederico Barbosa Gomes	Roberto Correia da Silva Gomes Caldas
Gilberto Bercovici	Rodolfo Viana Pereira
Gregório Assagra de Almeida	Rodrigo Almeida Magalhães
Gustavo Corgosinho	Rogério Filippetto de Oliveira
Gustavo Silveira Siqueira	Rubens Beçak
Jamile Bergamaschine Mata Diz	Vladmir Oliveira da Silveira
Janaína Rigo Santin	Wagner Menezes
Jan Carlos Fernandes	William Eduardo Freire

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos reprográficos, sem autorização expressa da editora.

Impresso no Brasil | Printed in Brazil

Arraes Editores Ltda., 2017.

Coordenação Editorial: Fabiana Carvalho
Produção Editorial e Capa: Danilo Jorge da Silva
Revisão: Responsabilidade do Autor

341.026	Congresso Brasileiro de Direito Internacional (15:2017)
D598	
2017	Anais do XV Congresso Brasileiro de Direito Internacional, 30 ago. a 02 set., Florianópolis, SC. In: Direito internacional em expansão: volume 12 / [organizado por] Wagner Menezes. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2017.
v.12	715 p.
ISBN: 978-85-8238-336-0	ISBN (Série): 978-858238-346-9
E-book: 978-85-8238-337-7	E-book (Série): 978-85-8238-347-6

1. Direito internacional. 2. Direito comparado. 3. Cooperação jurídica internacional. 4. Direito do mar. 5. Direito internacional privado. 6. Direito e transnormatividade. I. Menezes, Wagner (Org.). II. Título: Direito internacional em expansão: volume 12.

CDD – 341.026
CDU – 341.1

Elaborada por: Fátima Falci
CRB/6-nº700

MATRIZ
Av. Nossa Senhora do Carmo, 1650/loja 29 - Bairro Sion
Belo Horizonte/MG - CEP 30330-000
Tel: (31) 3031-2330

FILIAL
Rua Senador Feijó, 154/cj 64 - Bairro Sé
São Paulo/SP - CEP 01006-000
Tel: (11) 3105-6370

www.arraeseditores.com.br
arraes@arraeseditores.com.br

Belo Horizonte
2017

ACADEMIA BRASILEIRA DE DIREITO INTERNACIONAL - ABDI

DIRETORIA:

Prof. Dr. Wagner Menezes (presidente)
Prof. Dr. Claudio Finkelstein (vice-presidente)
Prof. Dr. Jorge Fontoura (secretário)
Prof. Dr. Sidney Guerra (tesoureiro)

ANAIS DO 15 CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO INTERNACIONAL

EQUIPE DE EDITORAÇÃO:

EDITOR:

Prof. Dr. Wagner Menezes

AUXILIAR EDITORIAL:

Prof. Msc. Milton Bortoleto
Prof. Msc. Thaís de Oliveira

COMITÊ CIENTÍFICO

CONSELHO DE AVALIAÇÃO EDITORIAL FORMADO POR PROFESSORES DOCTORES NACIONAIS E ESTRANGEIROS

Angel Horna	Fernando Pedro Meinero	Marilda Rosado
Adriana Pucci	Fernando Xavier	Maristela Basso
Aírton Guilherme Berger Filho	Friedmann Wendpap	Martha Lucia Olivar Jimenez
Alberto do Amaral Jr.	George Galindo	Nadia de Araujo
Ana Cristina Paulo Pereira	Gustavo Ferraz de Campos Monaco	Napoleão Casado Filho
André de Carvalho Ramos	Gustavo Vieira	Patricia Grazziotin Noschang
Andrea Costa Vieira	Heloisa Helena de Almeida Portugal	Paulo Edvandro da Costa Pinto
Antônio Marcio da Cunha Guimarães	Ivette Esis Villarroel	Paulo Emilio Vauthier Borges de Macedo
Arthur Roberto Capella Giannattasio	Jamile Bergamaschine Mata Diz	Pedro Dallari
Arturo Oropeza Garcia	Jeancezar Ditzz de Souza Ribeiro	Priscila Caneparo
Augusto Jaeger Junior	Joana Stelzer	Ralph Wilde
Aziz Saliba	Jorge Lasmar	Rafael Santos Morais
Caio Gracco	Jorge Marcelino	Raphael Vasconcelos
Camilla Capucio	Juliana Fais Feriato	Renata Alvares Gaspar
Carolina de Abreu B. Claro	Leonardo de Camargo Subtil	Renata Mantovani de Lima
Clarissa Brandão Kowarski	Leonardo Nemer Caldeira Brant	Renato Braz Oliveira de Seixas
Claudia Lima Marques	Luciane Klein Vieira	Roberto Luiz Silva
Claudia Regina de Oliveira Magalhães	Luís Alexandre Carta Winter	Rosane Kolotelo Wendpap
da Silva Loureiro	Luís Fernando Sgarbossa	Rui Badaró
Claudio Finkelstein	Luís Renato Vedovato	Samantha Meyer
Clayton Vinicius Pegoraro de Araujo	Luíz Fabrício Thaumaturgo Vergueiro	Sidney Guerra
Daniela Bucci	Maitê Moro	Tarin Mont'Alverne
Daniela Menengoti Ribeiro	Manoela Roland	Thiago Carvalho Borges
David França Ribeiro de Carvalho	Mara Darcanchy	Thiago Paluma
Eduardo Biacchi Gomes	Marcelo Escobar	Tiago Zanella
Elizabeth Accioly	Márcio Anselmo	Umberto Celli Jr.
Everton Gonçalves	Marcos Vinicius Torres Pereira	Valesca Raizer Borges Moschen
Fabio Aristimunho Vargas	Maria Carmelina Londoño	Vera Lúcia Viegas Liquidato
Fabricio B. Pasquot Polido	Maria de Lourdes Albertini Quaglia	Viviane Séllos Knoerr
Fauzi Hassan Choukr	Maria Eugénia Reis Finkelstein	Vladmir Oliveira da Silveira
Fernando Knoerr	Maria Lúcia Navarro Lins Brzezinski	William Paiva Marques Júnior

AGRADECIMENTOS

Agradecemos àqueles que tornaram possível a presente obra e sem os quais não se daria continuidade à publicação dos trabalhos de pesquisa no país, especialmente à *ARRAES editores* pela coragem em editar e publicar a obra em curto espaço de tempo, ao **CNPq** pelo fomento à realização material do evento; à **ITAIPU Binacional** por contribuir com a organização e produção da obra; e à **FAPESC** cujo apoio no sistema de avaliação dos textos e manutenção do Conselho Editorial foi fundamental. A todas as instituições, nosso muito obrigado!

Agradecemos aos membros do *Conselho Científico* e de avaliação e a toda equipe de coordenação, produção e editoração da obra, nas pessoas de *MILTON BORTOLETO e THAÍS DE OLIVEIRA*, a todos os *pesquisadores* que enviaram seus textos e participam da presente obra. Muito obrigado!



Dedicamos a presente obra ao professor
LUIZ OTÁVIO PIMENTEL e a todos os atentos leitores e
pesquisadores que dão sentido ao estudo do Direito Internacional.

LUIZ OTÁVIO PIMENTEL
Presidente do Instituto Nacional da Propriedade Industrial

Especialidade: Política pública de inovação (relações governo-indústria-universidade-sociedade); Direitos de propriedade industrial; Contratos de cooperação e transferência de tecnologia; Arbitragem em temas relacionados ao comércio mundial e integração regional.

Principais atividades: Árbitro Brasileiro Membro do Tribunal Arbitral *Ad Hoc* do Mercosul, órgão do sistema de solução de controvérsias entre os países (Argentina, Brasil, Paraguai, Venezuela e Uruguai, países associados Bolívia, Chile e Peru). Professor de Direito (Direito Empresarial e da Propriedade Intelectual, Proteção Legal de Tecnologia e Elementos de Direito do Comércio Internacional - UFSC). Professor do Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Centro Tecnológico (Política de Inovação). Líder do Grupo de Pesquisa em Propriedade Intelectual, Transferência de Tecnologia e Inovação; orientador de estudantes de mestrado e doutorado em assuntos de Propriedade Intelectual e Política de Inovação. Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq): Membro *ad hoc* da comissão de avaliação de pesquisa. Pesquisador Visitante na Universidade da Carolina do Norte Chapel Hill, EUA. Coordenador do Programa de Pós-Graduação Direito (melhor avaliação da CAPES na área de Direito - UFSC, 2011-2015). Líder da pesquisa sobre Tendências e Futuro da Proteção dos Direitos de Propriedade Intelectual de Programa de Computador, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil (2013-2014). Professor nos cursos da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) na Argentina, Colômbia e Cuba (2012-2013). **Professor de “Globalização da Propriedade Industrial” na Academia de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), desde 2011.**

AUTORES

ALÉSSIA GUIMARÃES CARVALHO OLIVEIRA;

Especialista em Direito Internacional (UFRGS, 2016). Pós-graduanda em Direito Tributários pela FGV. Advogada.

ALEX SILVA OLIVEIRA

Mestrando em Direito Internacional pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

ALEXANDRE FELIX GROSS

Mestrando em Direito, Constituição e Estado pela Universidade de Brasília, Procurador do Estado de Goiás e Advogado.

ALEXANDRE PINTO MOREIRA

Professor das Faculdades de Direito da UVA (Vale do Acaraú) e Faculdade Luciano Feijão. Professor da Escola Superior do MP/CE. Especialista Processo Judicial (UVA-CE). Mestrando em Direito da PPGD/UFSC.

ANA CLÁUDIA CORRÊA ZUIN MATTOS DO AMARAL

Doutora em Direito Civil Comparado pela PUC/SP. Mestre em Direito Negocial pela Universidade Estadual de Londrina/PR. Vice-coordenadora, professora e pesquisadora do Programa Mestrado em Direito Negocial da Universidade Estadual de Londrina/PR.

ANA LUIZA DE MORAES GONÇALVES CORREIA

Graduanda em Direito pela Universidade Federal Fluminense, (UFF) de Volta Redonda-RJ, Brasil. Bolsista de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

ANA LUIZA PASTORELLI PACÍFICO

Discente do curso de Direito da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Unesp Franca. Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Tribunais Internacionais da Faculdade de Direito da USP (NETI-USP).

ANA PAULA RUIZ SILVEIRA LÊDO

Mestra em Direito Negocial pela Universidade Estadual de Londrina.

ANAUENE DIAS SOARES

Mestre em Ciências (EACH/USP), Especialista em Direito Internacional (CEDIN), Bacharel em Direito (PUC-CAMP) e licenciada em Artes Visuais (ECA/USP).

ARACELLI MESQUITA BANDOLIN BERMEJO

Mestranda na Universidade Estadual de Londrina.

BÁRBARA NOGUEIRA NUNES

Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em Direito Constitucional (PPGDC) pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora auxiliar (substituta) da Universidade Federal Fluminense (UFF) nos cursos de Direito e Administração.

BRUNA FARIA

Discente no curso de direito da Universidade Estadual de Londrina.

CAMILO FABIANO DIAS NETO

Bacharelado em Direito pela Universidade Federal Fluminense. Membro do CJA do CBMA – Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem.

CÂNDIDA MARA BRITTO LEITE

Graduação em Direito - Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC Campinas.

CARLOS EDUARDO DE CASTRO E SILVA CARREIRA

Advogado. Mestrando em Direito Internacional e Comparado - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Coordenador de Pesquisas em Tribunais de Direitos Humanos e Secretário Geral do NETI-USP.

CAROLINA ARAUJO DE AZEVEDO PIZOIRO

Doutoranda na Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

CLARA DE AGUIAR SOARES

Bacharel em Direito. Mestranda em Família na Sociedade Contemporânea na Universidade Católica do Salvador.

CLARISSA BRANDÃO KOWARSKI

Professora Adjunta IV da Universidade Federal Fluminense, Professora Permanente e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional.

CLAYTON VINICIUS PEGORARO DE ARAUJO

Doutor em Direito das Relações Econômicas Internacionais. Mestre em Direito (área de concentração em Direito Internacional).. Professor na Universidade Presbiteriana Mackenzie/SP e Professor Titular na USCS - Universidade Municipal de São Caetano do Sul/SP

DAFNE FERNANDEZ DE BASTOS

Mestre em Direitos Humanos pela Universidade Federal do Pará e especialista em Direito Público.

DÉBORAH DE MEIRA MÁLAQUE

Mestranda do Programa de Mestrado em Direito Negocial da Universidade Estadual de Londrina. Pós-graduada em Direito e Processo do Trabalho. Bolsista pela CAPES

DENISE ALMEIDA GUIMARÃES

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC-UFF). Professora auxiliar (substituta) na Universidade Federal Fluminense de Volta Redonda (UFFVR).

DENISE POIANI DELBONI

Mestre em Administração pela Universidade de São Paulo. Doutora em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas/SP. Professora na EAESP/FGV.

EDUARDO BUENO RODRIGUES

Discente no curso de direito da Universidade Estadual de Londrina.

EDUARDO CAVALCANTI MELLO FILHO

Estudante da Graduação em Direito da Universidade Federal da Paraíba, com estudos em Direito Internacional, Direito do Mar, Direito Comercial e Arbitragem.

EVERTON DAS NEVES GONÇALVES

Doutor em Direito Econômico pela (UFMG); Doctor en Derecho Internacional Económico por la Universidad de Buenos Aires (UBA/Argentina); Mestre em Direito (UFSC); Professor Associado IV, Credenciado no Programa de Pós-Graduação em Direito da UFSC.

FELIPE SOARES VIVAS DE CASTRO

Graduando do curso de Direito da Faculdade de Direito da PUC Campinas, aluno pesquisador em sede de em Iniciação Científica com bolsa fomentada pelo CNPq.

FERNANDA CRISTINNE DE PAULA

Mestranda em direito internacional pela UERJ. Membro associado da ABDI.

FERNANDO PEDRO MEINERO

Doutor em Direito Internacional Privado pelo Programa de Pós-graduação em Direito da UFRGS. Mestre em Integração Latino-Americana pela UFSM. Professor Adjunto-A da Carreira do Magistério Superior da Universidade Federal do Pampa (Campus Santana do Livramento).

GABRIELA STEFANIA BATISTA FERREIRA

Mestranda no Programa de Mestrado em Direito Negocial pela Universidade Estadual de Londrina/PR. Bolsista CAPES. Pós-graduanda em nível de especialização em Direito do Estado com ênfase em Direito Constitucional pela Universidade Estadual de Londrina/PR.

HENRIQUE LENON FARIAS GUEDES

Advogado, Mestre em Direito Econômico (UFPB), Professor da Universidade Federal da Paraíba e do Centro Universitário de João Pessoa e membro do Conselho Nacional da ABDI.

ISABELLA OLIVEIRA DE CARVALHO

Graduanda em Direito pela Universidade Federal Fluminense, (UFF) de Volta Redonda-RJ, Brasil.

JEAN RODRIGO RIBEIRO DE PONTES

Mestrando em direito internacional pela UERJ. Membro associado da ABDI.

JEANCEZAR DITZZ DE SOUZA RIBEIRO

Professor de Direito Internacional, Advogado e Doutor em Direito Internacional pela Faculdade de Direito da USP.

JOANA STELZER

Doutora e Mestre em Direito, na área de Relações Internacionais pela UFSC. Professora Adjunto IV (CAD/CSE/UFSC). Professora Credenciada na Pós-Graduação em Direito (PPGD/CCJ/UFSC). Pós-Doutoranda na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

JOÃO FILIPE SILVA DIAS

Especialista em Direito Processual Civil pela Faculdade Baiana de Direito. Coach das Equipes das Faculdade Baiana de Direito da Competição Simulada da Corte Interamericana de Direitos e Humanos e da Philip C. Jessup Moot Court. Advogado.

JOÃO GLICÉRIO DE OLIVEIRA FILHO

Doutor em Direito Público - Universidade Federal da Bahia.

LAERCIO DIAS FRANCO NETO

Doutorando e Mestre pela Universidade Federal do Pará.

LEILA ARRUDA CAVALLIERI

Doutora e Mestre em Direito Internacional. Professora de Direito Internacional Privado.

LEONARDO DE CAMARGO SUBTIL

Doutor summa cum laude em Direito Internacional pela UFRGS. Doutorando em Direito Internacional na Universidade de Genebra.

LEONARDO KOZLOWSKI MIGUEZ

Graduando em Direito (UFRJ).

LETICIA VIRGINIA LEIDENS

Doutora em Direito pela Universidade Gama Filho - UGF. Mestre em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. Professora Adjunta da Universidade Federal Fluminense - UFF.

LUANA MICHALSKI DE ALMEIDA BERTOLLA

Mestranda do Programa de Mestrado em Direito Negocial da Universidade Estadual de Londrina. Pós-graduanda em Direito Público. Bolsista pela CAPES.

LUÍS RENATO VEDOVATO

Doutor em Direito Internacional pela Faculdade de Direito da USP Professor Doutor da UNICAMP Professor Doutor da PUC de Campinas Professor do Programa de Mestrado em Direito da UNIMEP.

MAIARA SANTANA ZERBINI

Mestranda no Programa de Mestrado em Direito Negocial pela Universidade Estadual de Londrina - Bolsista CAPES. Pós-graduada em nível de especialização em Direito e Processo Civil pela Universidade Estadual de Londrina/PR.

MARIANA SEBALHOS JORGE

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista da CAPES/UFRGS.

MILENA MALTEZE ZUFFO

Graduanda em direito pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco - USP. Coordenadora do Centro de Estudos em Direito do Mar Vicente Marotta Rangel (CEDMAR-USP). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7734537910140872>

NEVITTON VIEIRA SOUZA

Professor do Departamento de Direito da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. Mestre em Direito pela UFES. Diretor de Direito Internacional da Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Espírito Santo (OAB-ES).

PATRICIA AYUB DA COSTA LIGMANOVSKI

Mestre em Direito Negocial pela UEL. Professora de Direito Internacional Público no Departamento de Direito Público da Universidade Estadual de Londrina.

PAULO MÁXIMO DE CASTRO CABACINHA

Mestrando pela Universidade Federal do Pará. Especialista em Direito Internacional Público e Relações Diplomáticas pelo CEDIN.

PEDRO HENRIQUE AMADUCCI FERNANDES DOS SANTOS

Aluno especial no Mestrado em Direito Negocial e pós graduando em Direito Empresarial pela UEL.

PHILIPPE CARVALHO RAPOSO

Mestrando em História, Política e Bens Culturais na FGV/RIO. Especialista em Relações Internacionais na UnB. Professor de Direito Constitucional e Direito Internacional no IDEG.

PLINIO LACERDA MARTINS

Doutorando em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense-UFF. Mestre em Direito pela Universidade Gama Filho-UGF.

RAFAEL SANTOS MORAIS

Mestre e Doutorando em Direito Internacional pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP). Professor universitário e advogado. Membro-pesquisador do NETI - Núcleo de Estudos em Tribunais Internacionais da FDUSP.

RENAN DOS SANTOS

Bacharelado em Direito da Faculdade De Direito Professor Jacy de Assis, da Universidade Federal de Uberlândia. Membro do Grupo de Estudos em Direito Internacional da Universidade Federal de Uberlândia.

RENATA ALVARES GASPAR

Doutora em Direito, professora pesquisadora em tempo integral da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

RITA RESQUETTI TARIFA ESPOLADOR

Professora doutora da Universidade Estadual de Londrina.

ROBERTO SCHIRMER WILHELM CARVALHO

Graduando em Direito (UFRJ).

RUMI SHOJI

Bacharelada de Direito da UNISAL - Pesquisadora na área de Direito CNPq e CEDMAR-USP.

SOFIA LOPES ANDRADE

Discente em Direito na UNESP Franca. Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Tribunais Internacionais da Faculdade de Direito da USP (NETI-USP).

SOLANO DE CAMARGO

Mestre e doutorando em Direito Internacional pela Universidade de São Paulo. Pesquisador na modalidade “doutorado-sanduíche” na Universidade do Porto (Portugal). Membro do Núcleo de Estudos em Tribunais Internacionais da USP (NETI-USP). Advogado em São Paulo.

SUIAN DA ROCHA E SILVA LOPES

Bacharelada em Direito pela Faculdade Baiana de Direito e Gestão.

TÂNIA LOBO MUNIZ

Doutora pela PUC-SP e Professora de Direito Internacional na graduação e mestrado da UEL.

TATIANA A. F. R. CARDOSO SQUEFF

Professora auxiliar de Direito Internacional Público e Privado na UniRitter e na UNIFIN. Doutoranda em Direito Internacional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Direito Público pela UNISINOS.

THAÍS DE OLIVEIRA

Professora do Curso Superior em Gestão de Turismo no Instituto Federal de São Paulo. Doutoranda em Integração da América Latina pelo PROLAM-USP. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9871808393567475>

THAÍS TATAGIBA MARTINS DE SOUZA

Graduanda do Curso de Direito da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

THIAGO CARVALHO BORGES

Doutorando em Direito Internacional pela Universidade de São Paulo e em Relações Sociais e Novos Direitos pela UFBA. Mestre em Direito pela Universidade de Coimbra, Portugal. Presidente do IBDMAR. Professor de Direito Internacional na Faculdade Baiana de Direito e Gestão.

THIAGO CESAR GIAZZI

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Jurídica da Universidade Estadual do Norte do Paraná – Campus Jacarezinho-PR. Docente e Coordenador do Curso de Direito da Faculdade Catuaí-PR. Advogado.

THIAGO MACEDO VINAGRE

Advogado, Bacharel em Direito pela Universidade Federal da Paraíba e membro fundador da Academia Nacional de Estudos Transnacionais.

THIAGO PALUMA

Professor de Direito Internacional da Universidade Federal de Uberlândia e da Faculdade Pitágoras de Uberlândia. Doutor em Direito Internacional Privado pela Universidad de Valencia. Advogado.

TIAGO MEDEIROS DELGADO

Estudante da Graduação em Direito da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Conselheiro Deliberativo da Academia Nacional de Estudos Transnacionais (ANET).

VIVIAN MARTINS SGARBI

Mestranda em Direito Negocial pela Universidade Estadual de Londrina.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	XXI
--------------------	-----

CONTEMPORANEIDADE E PERSPECTIVAS PARA O DIREITO INTERNACIONAL

CAPÍTULO 1 A CONTINUIDADE DA PRÁTICA COLONIAL DA USURPAÇÃO DAS CULTURAS TRADICIONAIS E O CASO STEVIA <i>Renan dos Santos; Thiago Paluma</i>	1
CAPÍTULO 2 CONSTITUCIONALISMO INTERNACIONAL E PROTEÇÃO DE DIREITOS HUMANOS NA IMPLEMENTAÇÃO DE RESOLUÇÕES DO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS <i>Tiago Medeiros Delgado; Henrique Lenon Farias Guedes</i>	12
CAPÍTULO 3 NOVOS PARADIGMAS PARA O DIREITO À PRIVACIDADE NO ESTADO CONTEMPORÂNEO À LUZ DO DIREITO INTERNACIONAL <i>Eduardo Bueno Rodrigues; Bruna Faria; Patricia Ayub da Costa Ligmanovski</i>	32
CAPÍTULO 4 REDES DE COLABORAÇÃO SOLIDÁRIA E COMÉRCIO JUSTO: REGULAÇÃO POR DIREITO TRANSNACIONAL SEGUNDO O PLURALISMO JURÍDICO <i>Joana Stelzer; Alexandre Pinto Moreira; Everton das Neves Gonçalves</i>	53

COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL

CAPÍTULO 5

A CONSTITUCIONALIDADE DO PEDIDO DE AUXÍLIO DIRETO
NO PROCESSO TRIBUTÁRIO

João Filipe Silva Dias; Suian da Rocha e Silva Lopes;

João Glicério de Oliveira Filho 68

CAPÍTULO 6

A CONSTITUCIONALIDADE DO PEDIDO DE AUXÍLIO DIRETO
NO PROCESSO TRIBUTÁRIO JOÃO FILIPE SILVA DIAS SUIAN DA
ROCHA E SILVA LOPES

João Glicério de Oliveira Filho 88

CAPÍTULO 7

ACESSO À JUSTIÇA: ENTRE O *FORUM NON CONVENIENS* E O
FORUM NECESSITATIS

Nevitton Vieira Souza; Thais Tatagiba Martins de Souza 110

CAPÍTULO 8

COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL SOB A ÓTICA DOS
DIREITOS HUMANOS: UMA RELEITURA DO PROCESSO
DE EXTRADIÇÃO NO BRASIL

Laercio Dias Franco Neto; Paulo Máximo de Castro Cabacinha 124

CAPÍTULO 9

MEDIDAS TRANSNACIONAIS DE COMBATE À CORRUPÇÃO:
A ADOÇÃO DE ACORDOS DE *COMPLIANCE* E A FUNÇÃO DOS
CONTRATOS COMO MEIO PARA O DESENVOLVIMENTO DE
DIREITOS FUNDAMENTAIS

Cândida Mara Britto Leite; Renata Alvares Gaspar;

Luís Renato Vedovato 146

DIREITO COMPARADO

CAPÍTULO 10

ANÁLISE SOBRE A EFETIVIDADE DAS DIRETIVAS ANTECIPADAS
DE VONTADE NAS AMÉRICAS E NA EUROPA LEANDRO
TOLEDO VOLPATO

Rita Resquetti Tarifa Espolador; Aracelli Mesquita Bandolin Bermejo 164

CAPÍTULO 11

DUTY TO MITIGATE THE LOSS E A SUA APLICAÇÃO NO DIREITO
CONTRATUAL BRASILEIRO

Ana Paula Ruiz Silveira Lêdo; Vivian Martins Sgarbi 181

<p>CAPÍTULO 12 O GRAU DE PROTECIONISMO LEGISLATIVO TRABALHISTA E SEU IMPACTO NOS ÍNDICES DE DESEMPREGO NOS PAÍSES DO BRICS <i>Denise Poiani Delboni; Clayton Vinicius Pegoraro de Araujo</i></p>	195
--	-----

<p>CAPÍTULO 13 O NOVO CONSTITUCIONALISMO PLURALISTA: OS DIREITOS INDÍGENAS PERANTE O AVANÇO DO CONSTITUCIONALISMO LATINO-AMERICANO <i>Clarissa Brandão Kowarski; Ana Luiza de Moraes Gonçalves Correia; Isabella Oliveira de Carvalho</i></p>	210
--	-----

DIREITO DO MAR

<p>CAPÍTULO 14 A EXTENSÃO NORMATIVA DO PRINCÍPIO “CONSIDERATIONS OF HUMANITY” NA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL INTERNACIONAL DE DIREITO DO MAR (ITLOS) <i>Leonardo de Camargo Subtil; Rumi Shoji</i></p>	224
---	-----

<p>CAPÍTULO 15 A INFLUÊNCIA DA CNU DM NO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA PARA EXPLORAÇÃO DE NÓDULOS POLIMETÁLICOS EM GRANDE PROFUNDIDADE <i>Milena Malteze Zuffo; Thais de Oliveira</i></p>	240
---	-----

<p>CAPÍTULO 16 O DIREITO DO MAR E AS GRANDES CIÊNCIAS DA HUMANIDADE <i>Alex Silva Oliveira</i></p>	254
---	-----

<p>CAPÍTULO 17 O MODELO TRADICIONAL DO DIREITO DO MAR E A PROTEÇÃO DE INTERESSES DA COMUNIDADE <i>Eduardo Cavalcanti Mello Filho; Henrique Lenon Farias Guedes</i></p>	268
---	-----

<p>CAPÍTULO 18 OS EFEITOS DO DESCARTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM ÁGUAS INTERNACIONAIS: DESAFIO DA COMUNIDADE INTERNACIONAL <i>Denise Almeida Guimarães; Clarissa Maria Beatriz Brandão de Carvalho Kowarski; Bárbara Nogueira Nunes</i></p>	287
--	-----

DIREITO E TRANSNORMATIVIDADE

CAPÍTULO 19 A UTILIZAÇÃO DE CONTRATOS-TIPO PARA PADRONIZAÇÃO DE COMÉRCIO INTERNACIONAL E A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA COMO MITIGADORA DA AUTONOMIA DA VONTADE <i>Ana Paula Ruiz Silveira Lêdo; Thiago Cesar Giazzi</i>	305
--	-----

CAPÍTULO 20 CONVENÇÕES INTERNACIONAIS E TRANSNORMATIVIDADE NA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO: O CASO DOS ADICIONAIS DE PERICULOSIDADE E DE INSALUBRIDADE <i>Henrique Lenon Farias Guedes; Thiago Macedo Vinagre</i>	323
--	-----

CAPÍTULO 21 O SISTEMA GLOBAL DE SAÚDE: TRANSNORMATIVIDADE ENTRE E DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO E O DIREITO INTERNACIONAL <i>Philippe Carvalho Raposo; Alexandre Felix Gross</i>	340
--	-----

CAPÍTULO 22 O TRANSPORTE AÉREO INTERNACIONAL E A TRANSDISCIPLINARIDADE: UM DIÁLOGO ENTRE O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E A CONVENÇÃO DE VARSÓVIA <i>Camilo Fabiano Dias Neto; Plinio Lacerda Martins</i>	351
---	-----

CAPÍTULO 23 SOFT LAW NO AMBIENTE EMPRESARIAL: RESPOSTAS À CORRUPÇÃO TRANSNACIONAL <i>Carolina Araujo de Azevedo Pizoeiro</i>	374
---	-----

CAPÍTULO 24 TRANSNORMATIVIDADE E INCORPORAÇÃO DE NORMAS INTERNACIONAIS: A CONVENÇÃO 169 DA OIT E O DIREITO FUNDAMENTAL DOS POVOS INDÍGENAS A TERRA <i>Dafne Fernandez de Bastos</i>	394
---	-----

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

CAPÍTULO 25 A AQUISIÇÃO DE NACIONALIDADE PELO ADOTANDO NA ADOÇÃO INTERNACIONAL O CONTRIBUTO AO DIREITO INTERNACIONAL PELA INTERDISCIPLINARIDADE, ATRAVÉS DE OUTROS RAMOS DO DIREITO <i>Leila Arruda Cavallieri</i>	404
---	-----

CAPÍTULO 26

A ATUAL TENDÊNCIA DE CODIFICAÇÃO NO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO DA UNIÃO EUROPEIA: ANÁLISE A PARTIR DA CODIFICAÇÃO, DESCODIFICAÇÃO E RECODIFICAÇÃO DO DIREITO PRIVADO

Mariana Sebalhos Jorge 421

CAPÍTULO 27

A CONTROVERSA EXTRADIÇÃO DA SRA. CLÁUDIA SOBRAL: REFLEXÕES INTERNACIONALISTAS ACERCA DA PERDA DA NACIONALIDADE BRASILEIRA

Jean Rodrigo Ribeiro de Pontes; Fernanda Cristinne de Paula 442

CAPÍTULO 28

A CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A COMPRA E VENDA INTERNACIONAL DE MERCADORIAS E SUA APLICAÇÃO NO BRASIL À LUZ DO “CASO PÉS DE GALINHA”

Anauene Dias Soares; Leonardo Kozłowski Miguez; Roberto Schirmer Wilhelm Carvalho 460

CAPÍTULO 29

A NOVA LEX MERCATORIA E O SEU PAPEL NO DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Tânia Lobo Muniz; Patricia Ayub da Costa Ligmanovski 474

CAPÍTULO 30

A QUESTÃO DA ORDEM PÚBLICA NO ÂMBITO DA HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇAS ARBITRAIS ESTRANGEIRAS - CLÁUSULA DE BARREIRA À EFETIVIDADE DA CIRCULAÇÃO INTERNACIONAL DE SENTENÇAS?

Rafael Santos Moraes; Ana Luiza Pastorelli Pacífico; Sofia Lopes Andrade 486

CAPÍTULO 31

A RESIDÊNCIA HABITUAL NA CONVENÇÃO DE HAIA DE 1980: UM DIÁLOGO COM O INSTITUTO CIVIL DOMICÍLIO

Leticia Virginia Leidens 505

CAPÍTULO 32

A RESOLUÇÃO DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA MERCANTIL POR INADIMPLENTO DO DEVEDOR NO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO E NA CONVENÇÃO DE VIENA SOBRE COMPRA E VENDA INTERNACIONAL DE MERCADORIAS (CISG): SIMILITUDES E CONTRADIÇÃO

Aléssia Guimarães Carvalho Oliveira; Tatiana A. F. R. Cardoso Squeff 516

<p>CAPÍTULO 33 ANÁLISE PÓS-MODERNA DO REENVIO NO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO <i>Solano de Camargo</i></p>	537
<p>CAPÍTULO 34 AUTONOMIA DA VONTADE DO CONSUMIDOR COMO ELEMENTO DE CONEXÃO NO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO DA UNIÃO EUROPEIA: ASPECTOS ECONÔMICOS <i>Mariana Sebalhos Jorge</i></p>	556
<p>CAPÍTULO 35 AUTONOMIA PRIVADA E APLICAÇÃO DA CLÁUSULA HARDSHIP NOS CONTRATOS COMERCIAIS INTERNACIONAIS <i>Maiara Santana Zerbini; Ana Cláudia Corrêa Zuin Mattos do Amaral; Gabriela Stefania Batista Ferreira</i></p>	577
<p>CAPÍTULO 36 COMPETÊNCIA INTERNACIONAL NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO: LIMITAÇÃO DO DIREITO AO DIVÓRCIO <i>Jeancezar Ditzz de Souza Ribeiro</i></p>	591
<p>CAPÍTULO 37 DIREITO INTERNACIONAL AO DESENVOLVIMENTO E GOVERNANÇA GLOBAL: A CRISE DO MERCADO COMO OPORTUNIDADE DE SUA CONSOLIDAÇÃO <i>Renata Alvares Gaspar; Felipe Soares Vivas de Castro</i></p>	602
<p>CAPÍTULO 38 INTERPRETAÇÃO DOS CONTRATOS INTERNACIONAIS DO COMÉRCIO À LUZ DO CÓDIGO CIVIL E DOS PRINCÍPIOS UNIDROIT <i>Luana Michalski de Almeida Bertolla; Déborah de Meira Málaque</i></p>	617
<p>CAPÍTULO 39 MEDIÇÃO COMO INSTRUMENTO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NO COMÉRCIO INTERNACIONAL <i>Pedro Henrique Amaducci Fernandes dos Santos; Patricia Ayub da Costa Ligmanovski</i></p>	629
<p>CAPÍTULO 40 O PRINCÍPIO DA AUTONOMIA DA VONTADE NO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO BRASILEIRO: DO <i>LOCUS</i> OBRIGACIONAL A NOVO AXIOMA DAS RELAÇÕES PRIVADAS FAMILIARES TRANSNACIONAIS NA PÓS-MODERNIDADE <i>Carlos Eduardo de Castro e Silva Carreira</i></p>	651

CAPÍTULO 41

QUALIFICAÇÃO E A LEI APLICÁVEL AO RECONHECIMENTO
DA UNIÃO ESTÁVEL NO DIREITO INTERNACIONAL
PRIVADO BRASILEIRO

Fernando Pedro Meinero 663

CAPÍTULO 42

SUCESSÃO DO FILHO ESTRANGEIRO EM CONCORRÊNCIA
COM O FILHO BRASILEIRO: UMA ABORDAGEM À LUZ DO
DIREITO INTERNACIONAL

Thiago Carvalho Borges; Clara de Aguiar Soares 682

APRESENTAÇÃO

Apresento à comunidade acadêmica os novos volumes da série “**Direito Internacional em Expansão**”, que consolida os **Anais do Congresso Brasileiro de Direito Internacional**, reunindo artigos de pesquisadores e professores de Direito Internacional de todo o país e do exterior, que foram apresentados no **15º Congresso Brasileiro de Direito Internacional** realizado em Florianópolis, entre os dias 30 de agosto e 02 de setembro de 2017.

Essas obras foram produzidas sob a liderança da Academia Brasileira de Direito Internacional (**ABDI**) e da Sociedade Brasileira de Direito Internacional (**SBDI**), sob os auspícios da Universidade Federal de Santa Catarina (**UFSC**) e da Universidade de São Paulo (**USP**). Houve, igualmente, suporte do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (**CNPq**), da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (**FAPESC**) e da **ITAIPU** Binacional. As instituições partícipes do projeto denotam a seriedade da iniciativa robustecendo a presente publicação.

O ambiente que envolve essa obra consagra a tradição de uma série de 30 volumes publicados ininterruptamente desde 2003 e é reflexo da produção intelectual de internacionalistas ligados às principais instituições de ensino superior do país, de nomes consagrados, pesquisadores dedicados e jovens estudantes que buscam se inserir no ensino e na pesquisa sobre o tema.

O Congresso Brasileiro de Direito Internacional é hoje um dos principais eventos jurídicos do país. Sua relevância científica e acadêmica, com o aprofundamento do estudo e da formação de pesquisadores, são indiscutíveis. O evento passou ao longo de quinze anos por avanços significativos e foi se amoldando às exigências de agências internacionais de pesquisa.

Ocorreram transformações no mecanismo de escolha dos artigos, tornando-o totalmente impessoal. Neste sentido, o Congresso passou a ter caráter meritocrático, distanciando-se do compadrio de certos “eventos acadêmicos” que são, na realidade, um clube de amigos que em nada contribui para o avanço e modernização das discussões teóricas sobre o tema. Além disso, agências de fomento à pesquisa passaram a estabelecer requisitos para reconhecimento dos eventos o que reforçou a decisão de modernização do CBDI, voltado essencialmente para seu caráter científico, com rigoroso mecanismo de controle dos painéis e dos textos a serem publicados, dando-lhe excelência internacional.

Os trabalhos aqui publicados passaram por um rigoroso filtro de avaliação que se deu em duas fases e teve duração de um ano. Primeiro, os participantes enviaram

um *draft* onde foi avaliado o potencial do trabalho, estrutura e pesquisa bibliográfica. Depois de aprovados, enviaram, finalmente, os artigos que passaram por avaliação “cega” de dois professores doutores, pelo sistema OCS. Quando aprovados pelos dois pareceristas, foram selecionados para serem apresentados e publicados nos anais do Congresso, com lançamento na abertura do Congresso em livro e separata.

O sistema eletrônico utilizado (OCS) é gerenciado por um auxiliar editorial, e compreende o procedimento de *double blind peer review*, com dupla avaliação cega por pares de avaliadores, sendo o conselho científico avaliador formado, em sua totalidade, por um corpo de professores doutores nacionais e estrangeiros.

A partir da definição do tema central, realizada por deliberação de um Conselho Científico Curador, constituído por professores doutores de instituições de excelência, os pesquisadores foram incentivados a produzir, inicialmente, um *draft* (proposta de artigo), que foi objeto de uma primeira avaliação, na qual se buscou verificar o atendimento a critérios como articulação de ideias, coerência, bibliografia proposta e reflexão sobre o tema e, após a aprovação, a produzir um artigo novamente avaliado por dois professores doutores. Importante mencionar que os artigos só são aprovados se os dois pareceristas concordarem.

Portanto, o leitor tem em suas mãos um conjunto de textos e artigos de alta densidade acadêmica, com qualidade editorial, comprometimento acadêmico e científico que merecem atenta e dedicada leitura. Os textos traduzem em seu conteúdo a forma de pensar dos internacionalistas brasileiros e, por conseguinte, da escola brasileira de Direito Internacional.

Na presente edição, poderão ser encontrados textos que tratam sobre temas variados relacionados ao Direito Internacional contemporâneo, especificamente voltados à análise transdisciplinar do Direito Internacional, valendo destacar entre outros igualmente instigantes: A aplicação provisória dos tratados internacionais como forma de superar o “problema dos ‘acordos executivos’” no Brasil; O Brasil e a implementação dos princípios orientadores da ONU sobre empresas e direitos humanos; Qualificação e lei aplicável ao reconhecimento da união estável no Direito Internacional Privado brasileiro; A resolução do contrato de compra e venda mercantil por inadimplemento do devedor no Código Civil brasileiro e na Convenção de Viena sobre compra e venda internacional de mercadorias (CISG): Semelhanças e contradições; Interpretação dos contratos internacionais do comércio à luz do Código Civil e dos princípios UNIDROIT; Direito Internacional ao desenvolvimento e governança global: A crise do mercado como oportunidade de sua consolidação; A questão da ordem pública no âmbito da homologação de sentenças arbitrais estrangeiras – cláusula de barreira à efetividade da circulação internacional de sentenças?; Mediação como instrumento de resolução de conflitos no comércio internacional; Sucessão do filho estrangeiro em concorrência com o filho brasileiro: uma abordagem à luz do Direito Internacional; A observância do acordo sobre subsídios e medidas compensatórias (ASMC) na concessão de empréstimos pelo BNDES; Desafios do fisco global: Limites jurídicos nacionais e internacionais e o planejamento tributário abusivo; Nacionalismo e entrada de investimentos internacionais – bases normativas da regulação internacional; Antitruste internacional: A soberania estatal à luz da interrelação entre globalização e o direito da concorrência;

O bitcoin à luz do comércio internacional: impacto das moedas virtuais na economia mundial; Aspectos do procedimento de aplicação da medida antidumping no Brasil no contexto da política de defesa comercial; As organizações não governamentais em favor das energias renováveis marinhas; Cidades sustentáveis: imposto predial e territorial urbano progressivo um instrumento de efetivação; A transdisciplinaridade do direito das mudanças climáticas e a criação de políticas de adaptação em migrações ambientais; A justiça criminal internacional e o silêncio sobre a violência sexual contra mulheres em contexto de conflitos; O Direito Internacional contemporâneo e o desafio da mitigação das assimetrias globais no âmbito da globalização e integração econômica; Medidas transnacionais de combate à corrupção: A adoção de acordos de compliance e a função dos contratos como meio para o desenvolvimento de direitos fundamentais; Objetivos redistributivos da proteção social e o Direito Internacional dos direitos humanos: A análise do comitê de direitos econômicos, sociais e culturais sobre a ordem securitária brasileira; Os novos parâmetros da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre violência obstétrica e os potenciais impactos para a proteção das mulheres no Brasil; Contornos teóricos da responsabilidade extraterritorial de Estados por violações de Direitos Humanos perpetradas por empresas privadas; Ubuntu: Um pensamento descolonial para os direitos humanos; A influência da CNUDM no desenvolvimento de tecnologia para exploração de nódulos polimetálicos em grande profundidade; A extensão normativa do princípio “considerations of humanity” na jurisprudência do Tribunal Internacional de Direito do Mar (ITLOS); O sistema global de saúde: Transnormatividade entre o direito administrativo brasileiro e o direito internacional; Transnormatividade e incorporação de normas internacionais: A Convenção 169 da OIT e o direito fundamental dos povos indígenas a terra; O Direito Internacional dos refugiados no século XXI: Desafios ao Estado brasileiro; Brasil, um novo olhar para a política dos imigrantes: Análise da lei de migração para adequação do estado brasileiro com os direitos e deveres estabelecidos pelo Direito Internacional; O novo constitucionalismo pluralista: Os direitos indígenas perante o avanço do constitucionalismo latino-americano; A destruição voluntária do patrimônio cultural por grupos terroristas e os novos avanços do Direito Internacional; O acordo sobre os aspectos dos direitos de propriedade intelectual da Organização Mundial do Comércio (ADPIC) e sua recepção no direito brasileiro; Novos paradigmas para o direito à privacidade no estado contemporâneo à luz do Direito Internacional; Fronteiras digitais, soberania e territorialidade: A implementação do direito ao esquecimento sob a ótica do Direito Internacional.

Este livro é, em seu conjunto, um riquíssimo espaço de abordagem e conexões do Direito Internacional com outros temas, um espaço diverso e plural do pensamento internacionalista brasileiro a partir de textos reflexivos, temas inovadores e com profunda pesquisa e apreciação intelectual.

Nesse contexto, a obra homenageia e é dedicada ao professor **LUIZ OTÁVIO PIMENTEL** reconhecendo sua contribuição ao Direito Internacional. Foi o professor Pimentel que, nas últimas décadas, abriu espaço para discussões sobre direito da integração e Direito Internacional e é responsável pela formação de toda uma geração de internacionalistas e pelo amadurecimento do debate sobre Direito da Integração no Brasil e na América Latina.

Foi sob liderança de **LUIZ OTÁVIO PIMENTEL** que emergiu uma escola de professores de Direito internacional mais aberta e democrática, onde jovens pesquisadores foram desafiados a produzir análises sobre questões internacionais, identificando-se com o tema, em um tempo em que o debate era pouco compreendido no meio acadêmico brasileiro, relegado a poucos e sofisticados espaços do pensamento jurídico.

Atualmente, o Direito Internacional tem relevância nas grades curriculares dos cursos de Direito e, em concursos públicos, o tema é crescentemente exigido como tópico de estudo obrigatório; o exercício da advocacia tem demandado compreensão de textos e normas internacionais como fonte de construção de argumentação e compreensão conceitual de fenômenos jurídicos.

A nova e atual escola de pesquisadores em Direito Internacional, diferentemente das décadas passadas, é mais bem informada e tem acesso à doutrina internacional circulante nos principais centros acadêmicos de pensamento normativo internacional, bem como acesso a textos de tratados e acordos internacionais de maneira instantânea, compreendendo o fenômeno da expansão do Direito Internacional e multiplicação dos temas que compõem seu conjunto normativo, com sua multiplicidade de ramos, de maneira sistêmica e axiológica, e a obra reflete esse avanço na produção doutrinária brasileira.

Sem dúvida, ao apresentar essa obra e conhecer o seu conjunto articulado de textos, tem-se a convicção de seu valor e importância para a academia e sociedade, para a realização de pesquisas e estudos investigativos, seja de estudantes ou operadores do Direito, sendo obra indispensável para compreender as múltiplas perspectivas transdisciplinares do Direito Internacional e seu diálogo com fenômenos sociais na sua aplicação concreta.

Professor Doutor Wagner Menezes
Organizador
Brasil, agosto de 2017.